O desenvolvimento do espaço urbano do Rio de Janeiro: principais observações a partir do Paço da Cidade

Bruna Santos Miceli
Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza – CCMN; Laboratório de Cartografia (GEOCART)
Departamento de Geografia - Universidade Federal do Rio de Janeiro
bruna.miceli@ufrj.br

RESUMO
Uma das possibilidades de observação do desenvolvimento do espaço urbano pode ser realizada a partir de modificações ocorridas em diversos lugares de uma cidade. No caso deste artigo, optou-se por analisar estas mudanças, tanto espaciais quanto históricas, a partir de um dos edifícios e seus arredores (o atual Paço Imperial e a Praça XV), cujas formas e funções se transformaram ao longo do tempo, marcando momentos importantes para a história da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil como um todo. Estas transformações permitem integrar as variáveis lugar e tempo, a fim de se realizar uma discussão crítica da produção do espaço urbano carioca de forma geral, adotando a participação social como de extrema importância, como um movimento que tanto reflete como influencia nesta produção, permitindo que as diversas funções urbanas, por ela demandada, venham a se materializar em formar urbanas que se modificam ao longo do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia, Geografia Urbana, História, Rio de Janeiro, Análise Espacial.

ABSTRACT
One possibility for observing the development of urban space can be made from changes in various places of a city. In this article, we chose to examine these changes, both in space and history, from one of the buildings and their surroundings (the current Paço Imperial and Praça XV), whose forms and functions are transformed over time, marking time importance to the history of Rio de Janeiro and Brazil as a whole. These changes can include the place and time variables in order to achieve a critical discussion of the production of "carioca" urban space in general, adopting social participation as extremely important, as a movement that both reflects and influences in this production, allowing the various urban functions, it sued, if they materialize in urban form that change over time.

KEYWORDS: Geography, Urban Geography, History, Rio de Janeiro; Spatial Analysis.

I - INTRODUÇÃO

É inegável a importância do edifício majestoso conhecido como Paço Imperial e seu entorno, basicamente formado pela atual Praça XV de Novembro, como palco de vários dos principais momentos da História tanto do Rio de Janeiro como do Brasil.

Localizado no contexto do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, onde se encontra uma série de exemplares de patrimônios coloniais do país, o Paço Imperial, ao ter sido utilizado para diferentes funções ao longo do tempo e ter presenciado inúmeras experiências em decorrência de cada uma destas, apresenta potencial conteúdo, a fim de se realizar uma análise de sua evolução espaço-temporal, em virtude do desenvolvimento urbano da própria cidade.

É com o objetivo central de identificar e analisar as principais características que produziram e foram produzidas através da dialética entre forma, função, processo e estrutura urbanas na configuração da área de interesse (Praça XV, com destaque para o Paço Imperial), ao longo do tempo, visando integrar lugar e história, como uma discussão crítica da produção do espaço urbano carioca.

Neste contexto, torna-se conveniente deixar claro que a análise desta dialética proposta está fortemente vinculada ao movimento da própria sociedade que, no decorrer do processo (entendendo-se por este como o tempo) e, como conseqüência, da caracterização de sua estrutura social, demanda "funções urbanas que se materializam nas formas espaciais" (CORREA, 1993, p. 10), e que, por sua vez, será o foco deste estudo.

II - EMBASAMENTO TEÓRICO

Em um primeiro momento, de modo a construir uma análise acerca dos principais fatos e funções urbanas, não apenas relacionadas ao edifício atualmente denominado de Paço Imperial, mas também ao seu entorno (correspondendo, basicamente, ao que se entende, hoje em dia, por Praça XV de Novembro), uma vez que se encontram em forte associação, procurou-se realizar um levantamento bibliográfico, a fim de enquadrar a referida área de estudo em algum conceito-chave do estudo geográfico.

A partir disso, optou-se por tomar a cidade do Rio de Janeiro como ponto de partida, sob a ótica de que as cidades, como um todo, são um produto histórico-espacial, concentradoras e reprodutoras de uma série de aspectos da sociedade, sejam estes econômicos, políticos, culturais, entre outros.

Assim, segundo Corrêa (1993), o espaço urbano, de forma geral, é "fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas" (CORREA, 1993, p. 9), cuja produção se dá através da ação da própria sociedade, sob a condição de diferentes categorias de agentes produtores que apresentam interesses específicos, seguindo a lógica capitalista da busca pelo lucro.

Realizada esta introdução, para o caso específico desta pesquisa, realizou-se a opção de tomar como base o interessante trabalho de Andréa da Costa Braga, intitulado "Morfologia, Transformação e Co-Presença em centros urbanos: o caso do Centro do Rio de Janeiro/RJ".

De forma geral, o proposto com este estudo é a identificação de como as configurações morfológicas de edifícios e locais no centro do Rio de Janeiro contribuem e influenciam no comportamento das pessoas

no espaço. Procura-se entender que estas formas e a maneira como se encontram espacializadas acabam por ordenar a relação entre as pessoas, contribuindo, ao longo do tempo, para a construção de expressões mais duradouras de cultura.

A partir daí, observou-se que a área de estudo proposta por este trabalho, acima delimitada pelo atual Paço Imperial e seu entorno, dentro deste contexto morfológico do espaço urbano do centro da cidade, corresponderia ao que a autora denomina como "espaço convexo", que, por sua vez, leva ao conceito clássico de *lugar*.

Por espaço convexo, entende-se:

> ... como aquele que satisfaz à condição de que, ao traçar uma linha cortando-o em qualquer ponto, esta deve estar completamente inserida dentro dele ou, que esta não intercepte seus limites em mais de dois pontos (BRAGA, 2003, p. 60).

Seguindo este pensamento, podem-se compreender os "espaços convexos" como representações de lugar, ou lugares, inseridos em um sistema espacial. Acrescenta-se a isso a idéia de que o lugar corresponderia à disposição de figuras geométricas, limitado por barreiras (sejam edifícios, por exemplo), limitado por possibilidade de visibilidade e deslocamento, constituindo uma fração do espaço.

No entanto, ressalta-se que, longe de constituírem meros espaços isolados, estes "espaços convexos" (lugares) encontram-se interconectados, apresentando a noção de articulação entre os diversos ligares, na composição deste espaço urbano.

Acresce-se ao acima exposto, a fim de tornar mais enriquecida a discussão conceitual, que ao se tomar o conceito de lugar para tratar a área de estudo, procura-se utilizá-lo a partir da idéia de que o lugar emerge da experiência (ou experiências), adquirindo significado, podendo ser tanto de cunho individual como coletivo.

Dessa forma, a consciência geográfica de pertinência do conceito de lugar encontra-se na materialização local de indivíduos, formas, funções e relações entre estes, destacando-se, para o caso tratado, as relações espaço-temporais. Vai além, por assim dizer, do simples sentido de localização; inclui as experiências e o envolvimento com o externo, desenvolvidas a partir dos indivíduos e suas práticas sócio-espaciais ao longo do tempo, em determinado local.

Segundo Relph (1980), deve-se ter o conceito de lugar como centro tanto de ação como de intenção, foco da experiência social e de eventos significativos, e ainda: *"to be human is to live in a world that is filled with significant places: to be human is to have and to know your place"* (RELPH, 1980, p. 1). Atenta, desse modo, para a existência de vários lugares significativos no mundo e que, o papel do ser humano está em reconhecer os que melhor se adéquam e constituem a idéia de seu lugar.

Para completar a investigação proposta, ainda se pode acrescentar a visão de Santos (1999), num contexto histórico-ideológico da modernidade, na qual:

> O lugar é o quadro de uma referência pragmática do mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 1999, p. 258).

Desta maneira, o autor expõe a interligação o externo e o interno, o local e o global, as ações condicionadas e condicionantes que o conceito de lugar comporta em sua significância.

Assim, faz-se necessário o retorno ao objetivo principal desta análise que, ao tomar como área de interesse o lugar, reconhecido como o espaço vivido do Paço Imperial e seus arredores, palco de inúmeras experiências de grande importância histórica tanto para o Rio de Janeiro, quanto para o Brasil, visando à compreensão do desenvolvimento da dialética entre as formas e funções. Esta dialética que, é tanto reflexo como condicionante da estrutura socioeconômica de cada época, apresenta características bastante relevantes a um estudo de cunho espaço-temporal, representando questões a serem destacadas nos itens que se seguem.

III - DESENVOLVIMENTO

O ponto de partida deste trabalho recai sobre o contexto de um Rio de Janeiro colonial que, já na primeira metade do século XVII, havia evoluído do alto do Morro do Castelo, desenvolvendo-se sobre pântanos e alagadiços, os quais foram, ao longo do tempo, aterrados, espraiando-se até o Morro do Manoel de Brito, posteriormente conhecido como de São Bento.

Até os governos de Mem de Sá e Estácio de Sá, donos de grandes porções de terras, era de costume dos governadores da Capitania do Rio de Janeiro residir em casa própria. No entanto, posteriormente, há a adoção do sistema de pagamento de aluguel para a moradia de seus sucessores, ação financiada pela Câmara Municipal, também conhecida como a prática de dar aposentadoria aos governadores.

Em se tratando de um intento um tanto oneroso para os cofres da municipalidade, opta-se por uma série de localizações para a fundação da Casa dos Governadores, numa tentativa de se contornar a situação residencial dos governantes da Capitania na época.

É, pois, em 1733, sob o governo de Gomes Freire de Andrade, o conde de Bobadela, que o enfoque desta análise se inicia, com a construção do atual Paço Imperial. Mediante uma solicitação feita ao então rei de Portugal, D. João V, para a edificação de uma nova Casa dos Governadores, em local apropriado,

escolhendo-se o Terreiro, ou Largo, do Carmo (correspondendo, hoje em dia, pela Praça XV de Novembro), localizado em frente ao convento dos padres carmelitas (Convento do Carmo), com fronte para a praia, no centro da cidade colonial.

Para tal obra, o conde de Bobadela convoca o amigo, brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, engenheiro militar de formação, que como muitos desta época até o inicio do século XIX, poderiam ser considerados verdadeiros secretários de obras públicas.

No lugar selecionado, encontravam-se dois outros edifícios, correspondendo ao Armazém Del Rey e a Casa da Moeda, que fora transferida da cidade de Salvador, na Bahia, para o Rio de Janeiro e que passara a funcionar a partir de 1697. Em decorrência da fundação desta fábrica, por ordem do 23º Rei de Portugal, Dom Pedro II (1683 – 1706), tanto com o intuito de estabelecer um sistema de circulação monetária própria para o Brasil, como forma de angariar tributos à Coroa Portuguesa, um maior poder econômico é conferido à cidade do Rio de Janeiro, que passa a receber e realizar a fundição real para processar o ouro que vinha das Minas Gerais, transformando sua economia essencialmente agrária, de base canavieira, a um patamar de entreposto comercial de nível internacional.

Dessa forma, em 1743, contando o Rio de Janeiro com uma população modesta de um pouco mais de 42.000 habitantes, estava pronta na nova Casa dos Governadores, onde residiam essas autoridades de primeira importância, correspondendo à função inicial da área de interesse do trabalho. A edificação, de forma geral, adquire feições de uma casa senhorial, portuguesa, muito maior do que os sobrados existentes na época, na qual se consolida a importância geográfica estratégica da cidade para a Coroa Portuguesa, dada a descoberta e exploração das minas existentes no país, tornando o Largo do Carmo, um verdadeiro centro de política, comércio e intercâmbio entre as nações.

É inclusive desta época algumas outras intervenções urbanísticas realizadas por Alpoim neste lugar, correspondendo à construção das casas da família Teles de Menezes, do lado oposto a dos Governadores e a inauguração de um chafariz, vindo de Lisboa, localizado no centro do Largo do Carmo.

É importante ainda destacar que, no fim dos trinta anos de governo, o conde de Bobadela convoca André Vaz Ferreira, engenheiro militar, e D. Miguel Ângelo Blasco, marechal de campo e também engenheiro militar, para a confecção de duas peças que deixassem para a posteridade exemplos das transformações que realizara na cidade e que aparecem como grandes monumentos cartográficos e iconográficos da época sobre a área de estudo (vide Anexos).

É, então, no ano de 1763 que vem a falecer Bobadela, reconhecido pelo povo como "Pai da Pátria" e, futuramente, escolhido como inspiração para o herói do Épico "O Uruguai", de Basílio da Gama, ao passo também no qual há a transferência da sede do Vice-Reino de Salvador para o Rio de Janeiro, iniciando-se

uma nova fase sobre a referida área de estudo, que passa, dessa forma, a função de casa de despachos dos vice-reis, resultando em varias obras e intervenções no Largo do Paço.

Esta transferência se dá em função da uma necessidade em localizar a capital da América portuguesa mais ao centro, favorecendo o controle da região sul, onde se localizava a Colônia de Sacramento, região estratégica, especialmente por sua importância econômica, disputada com a Espanha.

Percebe-se, dessa forma, uma tentativa de nova orientação do espaço urbano, que já havia sido observada no governo do conde Bobadela, e tem como exemplo claro disso as preocupações estéticas e ideológicas relacionadas às concepções iluministas com a construção inicial da Casa do Governador, edificação inspirada no Paço da Ribeira em Lisboa.

O historiador Afonso Marques dos Santos (1999) ainda acrescenta acerca deste assunto afirmando que, apesar de desde o começo do século XVIII a construção do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro já se encaminhar em direção a organizações mais racionais, em detrimento a um início um tanto desordenado até fins do século XVII. Isso se mostra através de associações com a capital da Coroa Portuguesa, como visto com a Casa dos Governadores, um interesse mais intensificado com aspectos iluministas, relacionados a concepções lógicas, salutares e estéticas, será visto de forma mais pronunciada a partir da elevação da cidade a condição de sede do vice-reinado.

Assim, a princípio, em referencia a esse período, destaca-se a figura do novo governador, agora com título de vice-rei, D. Antonio Álvares da Cunha, o conde de Cunha, que apesar da carência de recursos, também contribuiu para modificações em toda a cidade, inclusive no próprio Palácio dos Vice-Reis. Mas o que vale ressaltar deste governo fora a tentativa de transferência da Casa dos Governadores para outra localização, uma vez que o Largo do Paço era, aos seus olhos, a praça mais barulhenta da cidade, além de não possibilitar proteção em caso de ataque. Dessa forma, foi aprovada, através da carta régia de 19 de outubro de 1799, a mudança da residência dos vice-reis para o Morro do Castelo, instalando-se no que em tempos pretéritos representava o Colégio dos Jesuítas.

Todavia, com a sucessão do conde de Cunha por D. Antônio Rolim de Moura Tavares, primeiro conde d'Azambuja, este optou se instalar no edifício da Praça do Carmo, reservando o Colégio para a função de hospital militar.

Seguido deste, em novembro de 1769, passa a governar o Marquês de Lavradio, que fez muito pela cidade.

No entanto, será somente a partir do governo do sucesso deste, no ultimo quartel do século XVIII, que a cidade do Rio de Janeiro, como um todo, sofrerá grandes melhoramentos públicos que viriam a transformar e preparar esta para a recepção da família real portuguesa em 1808.

Tomando posse em cinco de abril de 1779, o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa será o responsável pelo primeiro surto de racionalização urbana, baseado em ideais iluministas, priorizando além das questões de saneamento básico e abastecimento de água, a realização de uma obra urbanística de grande vulto, mediante a ênfase no lazer e embelezamento urbano, procurando adequar o Rio de Janeiro aos conceitos modernos das capitais européias. Ressalta-se, dessa forma, a construção de um parque urbano, o Passeio Público, seguindo o estilo francês, enfatizando a utilização de traçados geométricos, apresentando uma regularidade e linearidade nos arruamentos e uma ornamentação que permitisse uma interconexão entre a cultura nacional e a européia.

Em relação à área de estudo de fato, também houve uma série de modificações e organizações relevantes, que levaram a urbanização do Largo do Paço, "transformado em sala de visitas da cidade" (FERREZ, 1984, p. 25). Destaca-se a figura de Jacques Funck, engenheiro de origem sueca, que irá coordenar os projetos, enfatizando a questão de necessidade de reconstrução do sistema de defesa do Rio de Janeiro.

Data dessa época, a construção do cais, em cantaria lavrada, ao longo da fachada do Largo do Paço. Além disso, ocorre inclusive a elaboração de um novo chafariz para a praça, localizado à borda do cais, obra de mestre Valentim da Fonseca e Silva e que permanece até os dias atuais na Praça XV de Novembro. Por fim, ainda houve a edificação de um conjunto de casas de fronte à Igreja do Monte do Carmo, contribuindo para a regularidade simétrica do Largo e o calçamento da praça em 1789.

O ideal de organização pretendido para o Rio de Janeiro pode ser observado através da ilustração "Parada Militar no Largo do Paço", obra do pinto Leandro Joaquim, que mostra, de forma bastante simbólica a maneira como os principais poderes da cidade, representadas por suas instituições, encontravam-se em harmonia em um mesmo lugar: o Palácio dos Vice-Reis, à esquerda, representando o poder civil oficial; a casa dos Teles e Menezes, à direita, como poder civil não oficial; as igrejas, ao fundo, representando o poder civil religioso e, por fim, o poder militar, com a utilização do Largo. Anda se destaca a presença simbólica do poder metropolitano sobre a cidade e à área de estudo, numa referência ao já citado Paço da Ribeira, em Lisboa.

Vale destacar essa importância dada a organização do espaço urbano como um todo, em destaque ao Largo do Paço, lugar que comportava o prédio mais importante da cidade já em início do século XIX, uma vez que, em termos de localização relativa, tratava-se de um espaço convexo de chegada ao Rio de Janeiro.

Dessa forma, no geral, não se poderia confiar grandeza excepcional no que diz respeito a beleza interna do edifício do Paço Imperial naquela época. No entanto, a disposição espacial adquirida ao longo do tempo com que foi organizado o seu Largo, confere ao lugar a teatralidade necessária, em função de sua posição estratégica, como porta oficial de entrada da cidade.

É neste contexto que, em 1808, chega a família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em virtude da invasão napoleônica de Portugal. Junto com o Príncipe Regente, e posteriormente, Rei, D. João VI, chegava à cidade a corte, inúmeras famílias e empregados, que se instalaram na antiga Casa dos Governadores e Palácio dos Vice-Reis, agora sob a condição de Paço Real.

Para tal, houve a expulsão do então governante do país, o Conde dos Arcos, de sua residência (o atual Paço Imperial) e dos padres carmelitas do Convento do Carmo, além de um esvaziamento da Câmara e Cadeia que funcionavam no mesmo edifício.

Ainda nesta tentativa de acomodar todos os fidalgos que chegaram à cidade e mediante uma impossibilidade das instalações do Paço em comportar tal contingente, iniciou-se um processo de ocupação de casas diversas, cujos proprietários eram obrigados a abandonar em virtude da "lei das aposentadorias", que conferia aos nobres, o direito de requisitar qualquer aposento, quando viajavam.

Dessa forma, percebe-se, já no início do século XIX, que, o Rio de Janeiro vem a sofrer grandes transformações acerca de sua estrutura urbana, valendo destacar a questão da estratificação das classes sociais.

Segundo Abreu (1993), com a instalação da família real portuguesa e sua corte, surgirá uma classe praticamente inédita na cidade, que demandará "novas necessidades materiais que atendam não só aos anseios dessa classe, como facilitem o desempenho das atividades econômicas, políticas e ideológicas que a cidade passa a exercer". (ABREU, 1993, p. 35).

Assim, já se começa a observar a instalação de toda uma burocracia estatal e suas instituições (como o Banco do Brasil, Jardim Botânico, Imprensa Régia, Guarda Real da Polícia, entre outras), ao mesmo tempo em que, em termos sociais, prontamente se percebe uma diferenciação: as repartições mais importantes se localizavam no Paço Real, e dá-se início ao deslocamento dos ricos a periferia imediata a região central da cidade, ou seja, Glória, Catete, Botafogo, Rio Comprido, Engenho Velho e São Cristóvão, onde se localizam as residências das principais classes dirigentes e mais abastadas da sociedade da época. Em contrapartida, as classes com menores possibilidades de mobilidade social, passam a ocupar outras freguesias urbanas, localizando-se no que hoje conhecesse pelos bairros da Saúde, Santo Cristo e Gambôa, permitindo o crescimento dos subúrbios e estimulando a ocupação da Cidade Nova (o Mangal de São Diogo), que dificultou a expansão da cidade para o oeste por muitos anos.

Todavia, em pouco tempo, a família real passa a considerar o Paço da Cidade um tanto inapropriado para sua permanência, seja em termos locacionais, visto que se encontrava no barulhento centro do Rio de Janeiro, seja em termos de seus aposentos, que não eram suficientes para a instalação de toda a corte. Em razão disso, logo houve a transferência do príncipe regente D. João e sua família para a Quinta da Boa

Vista, em São Cristóvão, boa residência em ambiente de grande área verde, cedida pelo negociante português Elias Antônio Lopes.

É a partir daí, que o Paço da Cidade é reservado para a função relacionada a ocasiões festivas, quando ocorria a tradicional cerimônia do beija-mão, além de despachos reais e recepções oficiais.

Dessa maneira, é possível perceber alguns aspectos bastante marcantes acerca da fisionomia urbana e do quotidiano desta época, especialmente relacionados a uma maior movimentação nas ruas, em função de um crescimento considerável tanto da cidade como de sua população, permitindo o surgimento de novas sociabilidades, das quais se destacam as grandes cerimônias públicas, a difusão das artes plásticas, bailes, entre outras.

Especificamente relacionado à área de interesse, pôde-se perceber, durante todo o período da estada de D. João no Brasil, que o Paço da Cidade concentrava as cerimônias de gala, reunindo os membros da família real; "nas festas nacionais; nos dias de revista de tropa, quando da chegada dos corpos militares de Portugal; por ocasião da apresentação de credenciais pelos ministros estrangeiros, etc." (FERREZ, 1984, p. 43). Entre as experiências mais importantes observadas neste espaço, ressaltam-se a aclamação de D. João VI, como soberano do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e a chegada da arquiduquesa d'Áustria D. Leopoldina para o casamento com o príncipe D. Pedro.

Em meio a tudo isso, além das transformações na praça, realizou-se uma porção de modificações que proporcionassem ao Paço uma fisionomia palaciana, que ainda pode ser percebida nos dias de hoje. Destaca-se, dessa forma, a construção, em 1817, de um terceiro pavimento na vertente voltada para o mar, servindo de aposentos ao rei e imperadores.

No entanto, já a partir do início da década de 1820, as pressões externas, especialmente, dos portugueses e ingleses, pedem a volta de D. João VI e sua corte, num momento em que se sentia seguro e feliz no Brasil, onde era bastante querido.

E em meio a esse ambiente que é redobrada a importância do Rio de Janeiro como capital da monarquia, centralizando as idéias e os movimentos decisivos da história brasileira: será justamente nas ruas e praças da cidade que se manifestarão os sentimentos e opiniões da nacionalidade nova.

Em vista disso, é em 22 de abril de 1822, que se confiou a Regência do Brasil ao príncipe D. Pedro e, em 26, toda a corte e nobreza reais embarcam em direção a Portugal, levando consigo todos os seus pertences em espécie, e deixando um país em grandes dificuldades financeiras.

Desde o começo de 1822, com a situação política se agravando, a cidade, como um todo, vive dias agitados. E o Paço da Cidade vai, neste novo período, será palco de experiências de valor histórico bastante estimado, como o Dia do Fico, manifestação da população que pede a permanência de D. Pedro no Brasil,

optando por acatar os anseios desta, e acaba por antecipar a Independência do Brasil, declaração que transforma o Paço Real em Paço Imperial ou Paço do Rio de Janeiro.

Percebe-se, dessa forma, que nesta nova etapa, o edifício passa a funcionar como despacho e residência eventual tanto de D. Pedro I, como, posteriormente, de D. Pedro II, sendo a sua praça ainda utilizada para grandes ocasiões festivas, como a aclamação dos dois imperadores e um dos acontecimentos mais marcantes da história brasileira: a assinatura da Lei Áurea e a libertação dos escravos, pela Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888.

No entanto, em todo esse período, há de se perceber que as dificuldades financeiras deixadas de herança pelo regresso da família real acabaram por refletir na cidade como um todo, inclusive no próprio edifício.

Fica evidente que as freguesias da região central do Rio de Janeiro, a partir de 1850, já apresentam um grande número de transformações, sendo sede agora de modernidades urbanísticas, em contradição ao aumento da população miserável que passava a habitar esta localidade. Dessa forma, começam a aparecer nas localidades centrais, ou periféricas ao centro, abrigando o seguimento da população que, por não apresentar possibilidades de mobilidade, os chamados cortiços, tipo de habitação coletiva e bastante insalubre, palco de inúmeras epidemias.

Da mesma maneira, podia-se perceber que, a partir da época da saída de D. João VI e sua respectiva corte real, o Paço da Cidade, já necessitava de obras importantes, uma vez que, ao longo do tempo, apenas passou por modificações paliativas. Muito disso se explica em virtude de não se constituir mais na residência permanente dos imperadores que, há muito, já habitavam a Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, onde se exercia a maioria das funções públicas e algumas dos festejos da época.

Todavia, o Paço e seu largo ainda serviam à família imperial, especialmente em ocasiões de grande gala, relacionados a solenidades na Capela Real, como comemorações nacionais ou do natalício do imperador ou imperatriz.

Como última memorável comemoração realizada no Paço da Cidade, destaca-se a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, em uma das salas deste edifício, libertando os escravos no Brasil, em 13 de maio de 1888, levando um grande contingente de pessoas às ruas da cidade e lotando o seu largo.

Entretanto, apesar de D. Pedro II ser visto como um homem de grande respeito e de apresentar um amor extremo a sua Pátria, não foi poupado da impaciência dos republicanos com sua possível morte, sendo deposto com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

Dessa forma, o ex-imperador, sua família e auxiliares deixam o prédio do Paço em direção ao exílio na Europa. A partir daí, as propriedades da família imperial e seus bens foram arrestados e, sucessivamente,

leiloados e o Paço Imperial passa agora a ser utilizado como sede do Departamento dos Correios e Telégrafos.

De maneira geral, com a Proclamação da República, percebe-se um abandono muito grande em relação aos remanescentes da época do Império, que passam a uma função mais condizente a transformação do Rio de Janeiro ao status de uma cidade moderna, descaracterizando muito de suas morfologias e tipologias, especialmente em torno do núcleo considerado histórico do centro do Rio de Janeiro.

É neste contexto que o antigo Paço, que uma vez fora Casa dos Governadores, Palácio dos Vice-Reis, Paço Real e Imperial, é transformado em Agência Central dos Correios e Telégrafos, até 1982. Fotos desta época encontram-se no item Anexo.

Nas décadas de 20 e 30, acaba sofrendo uma série de modificações em sua decoração interna e externa, passando a um estilo neocolonial, a fim de melhor abrigar esta repartição, sendo tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938.

No entanto, é somente a partir da década de 1980, que se iniciam os trabalhos de restauração do edifício, envolvendo métodos de arqueologia, arquitetura e história, a fim de identificar a feição deste em suas diversas épocas. O Paço volta, a partir dessas obras, "a ostentar sua dignidade primitiva, à época em que abrigava a sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves" (FERREZ, 1984, p. 77).

Desde 1985, o lugar passa a abrigar um Centro Cultural do Paço Imperial, vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e à Secretaria de Patrimônio, Museus a Artes Plásticas, Ministério da Cultural. Neste, são realizados grandes exposições e eventos na cidade, sobre temas da atualidade, ainda apresentando uma sala de cinema, uma biblioteca, lojas e restaurantes.

O edifício, por si só, passa a ser digno de visitação, uma vez que historicamente foi palco de grandes acontecimentos tanto para a História da cidade, como do Brasil em geral.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou mostrar a possibilidade de se analisar a evolução urbana de uma cidade como o Rio de Janeiro, sob a ótica de um dos marcos visíveis de grandes acontecimentos, relevantes tanto para a história desta cidade como para todo o país: o Paço Imperial e seu entorno.

Dessa maneira, ao se colocar em análise a área proposta, verificou-se que o atual edifício que comporta atualmente o Centro Cultural do Paço Imperial e seu entorno, formado pela Praça XV, é muito mais do que fruto de simples mudanças morfológicas. Este é um exemplo claro destes tipos de lugares, os quais

exerceram diferentes funções para a sociedade de diversas épocas, tornando evidentes que estas (as funções) se deram como efeito de condições advindas da mesma (da sociedade e, por conseqüência, de suas ideologias).

Assim, é a partir da importância proveniente das diferentes funcionalidades que lhes são atribuídas ao longo do tempo, resultante de um contexto social respectivo a cada época e, por conseqüência, permitindo experienciar todos esses momentos marcantes de nosso passado, que a área de estudo se constituiu num objeto de relevância a realização de investigações de cunho espaço-temporal.

Pode-se perceber inclusive que, ao representar quase que constantemente uma localidade que centralizava grandes poderes, tanto para a cidade, como em âmbito nacional, concentrava para si, por inúmeras vezes, a atenção, seja em virtude de tomadas de grandes decisões, ou como palco de cerimônias e ocasiões festivas, entre outros.

Além disso, conforme pôde ser verificado em certos momentos, como na época imperial e as dificuldades financeiras enfrentadas, as condições em que se encontravam o Paço aparecem também como um reflexo de um contexto que se desenrolava por todo o Rio de Janeiro.

Assim, a critério de conclusão, é necessário comentar acerca da pertinência de se reviver o passado. Todavia, não se deve reviver o passado através de um simples resgate de acontecimentos de épocas já vividas. Mas sim, com a possibilidade e, por que não, também com o intuito de identificar, no tempo presente, simbologias que permitam remeter a ocasiões pretéritas, as quais apresentavam toda uma estrutura social que as explicam e justificam.

Daí a relevância de uma análise espaço-temporal: com esta, é possível associar o desenvolvimento espacial e suas respectivas morfologias resultantes aos mais variados contextos sociais que podemos encontrar no passado. Deste modo, é prudente ressaltar a importância de se preservar os marcos e lugares imbuídos de simbologias, com a finalidade de se constituírem em potenciais produtos passíveis a realização de estudos que abrangem tanto a geografia, historia como a cartografia.

V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRAGA, A. da C. *Morfologia, Transformação e Co-Presença em centros urbanos: o caso do Centro do Rio de Janeiro/RJ*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: PROPUR, 2003.

CARVALHO, C.D. de. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

CASTRO, I.E.; CORRÊA, R.L.; GOMES, P.C. da C. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORREA, R. L. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1993.

FERREZ, G. *O Paço da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

_____, G. *A Praça 15 de Novembro* Antigo Largo do Carmo. *Rio de Janeiro:*

Riotur – Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S. A., 1978.

_____, G. *As Cidades de Salvador e do Rio de Janeiro no Século XVIII*. Rio de Janeiro: Sedagra, 1963.

RELPH, E. As Bases Fenomenológicas da Geografia. *Geografia*. Rio Claro, v.4, n.7, abr. 1979, pp. 1-25.

SANTOS, A.C.M. dos. *O Paço da Cidade: biografia de um monumento*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

SANTOS, M.*A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SPÓSITO, M.E.B. *Capitalismo e Urbanização*. 13 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

VI - ANEXOS – FOTOS E ICONOGRAFIAS

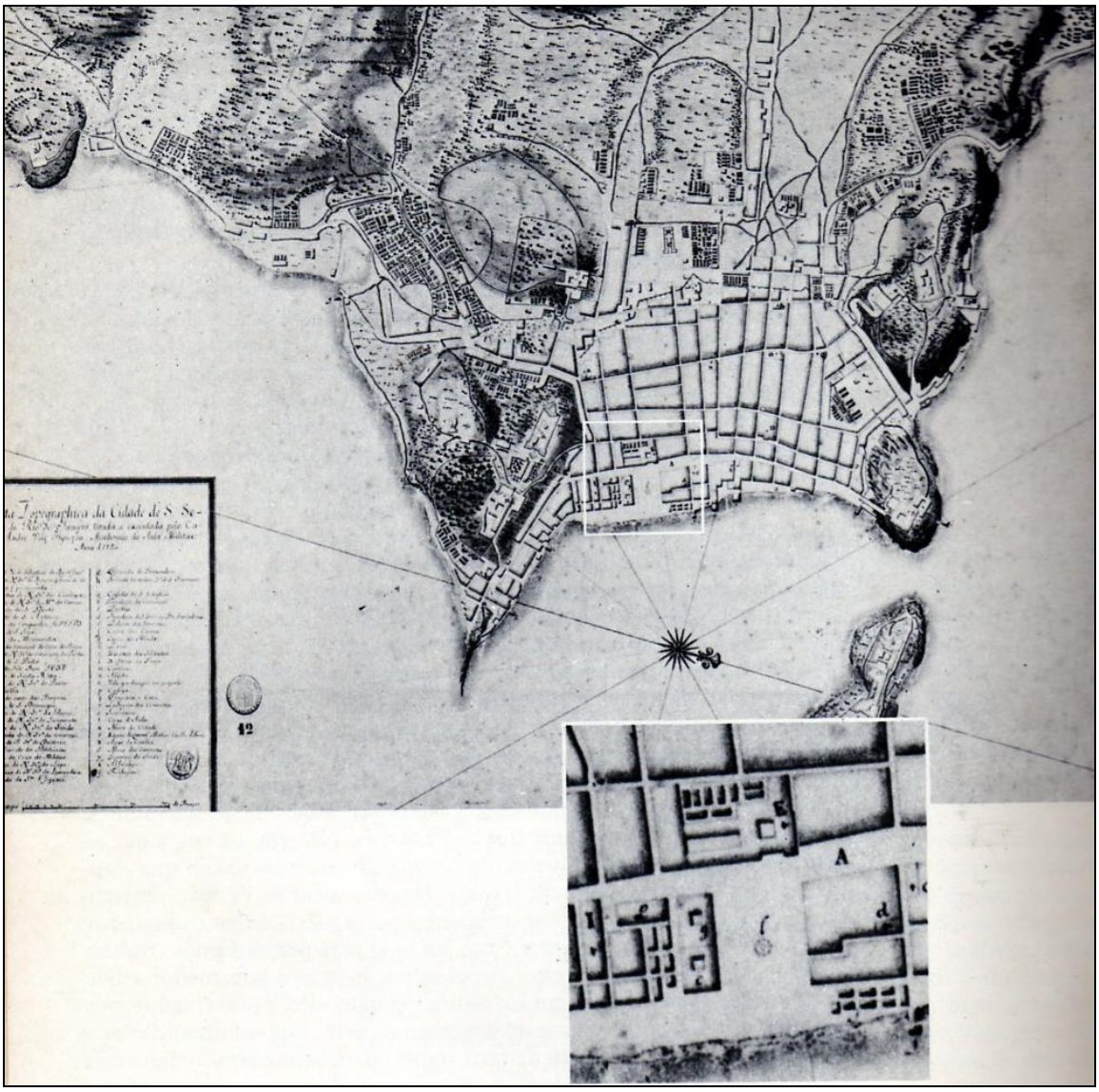


Figura 01: "Carta Topográfica da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro", por André Vaz Figueira, em 1775. Em detalhe: o Largo do Carmo e seus arredores. (Fonte: FERREZ, 1984).

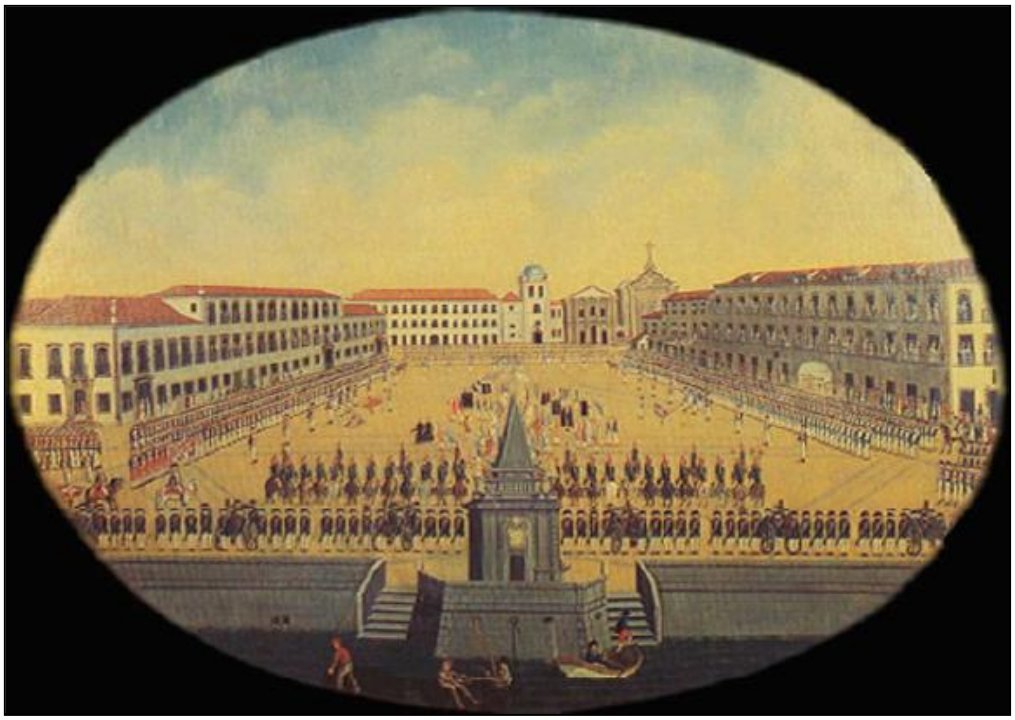


Figura 02: "Parada Militar no Largo do Paço", Revista Militar no Largo do Paço, fins do século XVIII. Pintura à óleo sobre tela, obra de Leandro Joaquim, encontrada no Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. (Fonte: www.historiaimagem.com.br).

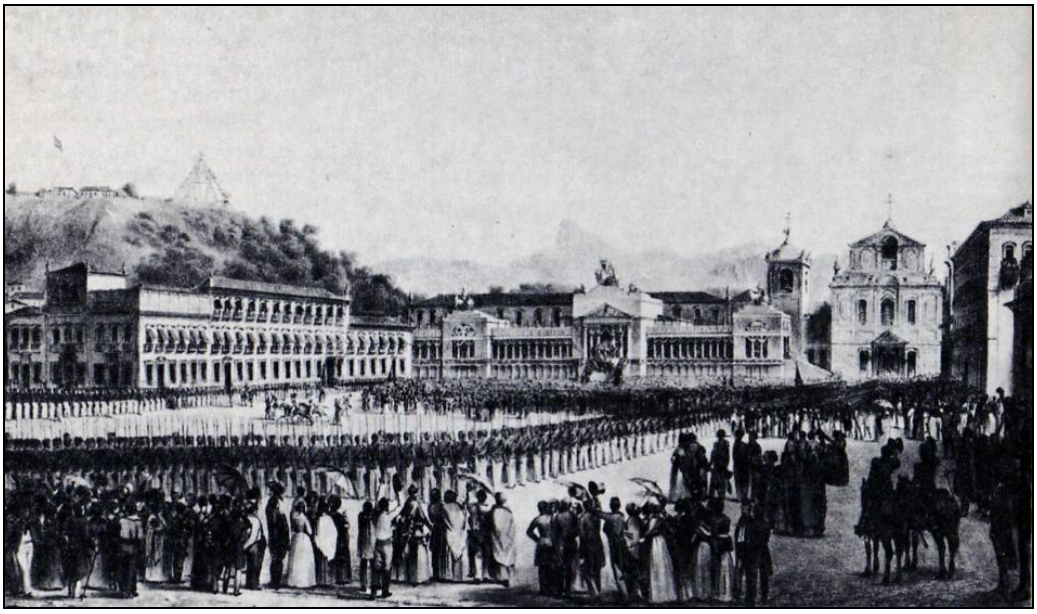
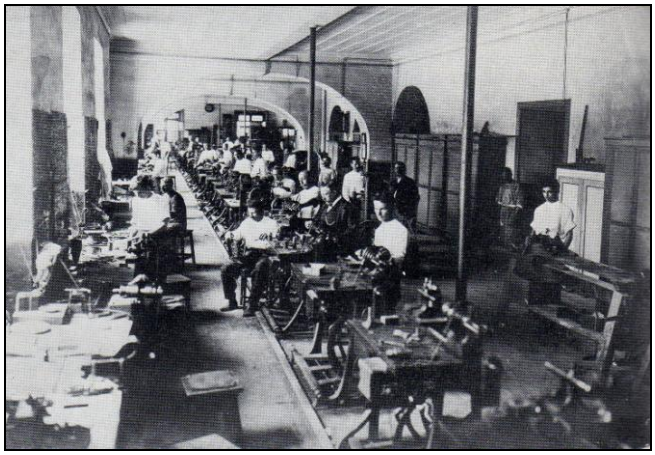


Figura 03: Desenho da coroação de D. Pedro II, em 18 de julho de 1841, por Louis August Moreau e Abrahan-Louis Buvelot, com litografia de Heaton & Rensburg. (Fonte: FERREZ, 1984).

Figura 04: Aclamação da Princesa Isabel e do conde d'Eu pelo povo, após a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. (Fonte: FERREZ, 1984).



Figuras 05 e 06: Fotos do Paço sob a ocupação da Repartição Geral dos Correios e Telégrafos: a primeira refere-se à seção de aparelhos Morse; a segunda, a entrada do edifício. (Fonte: FERREZ, 1984).

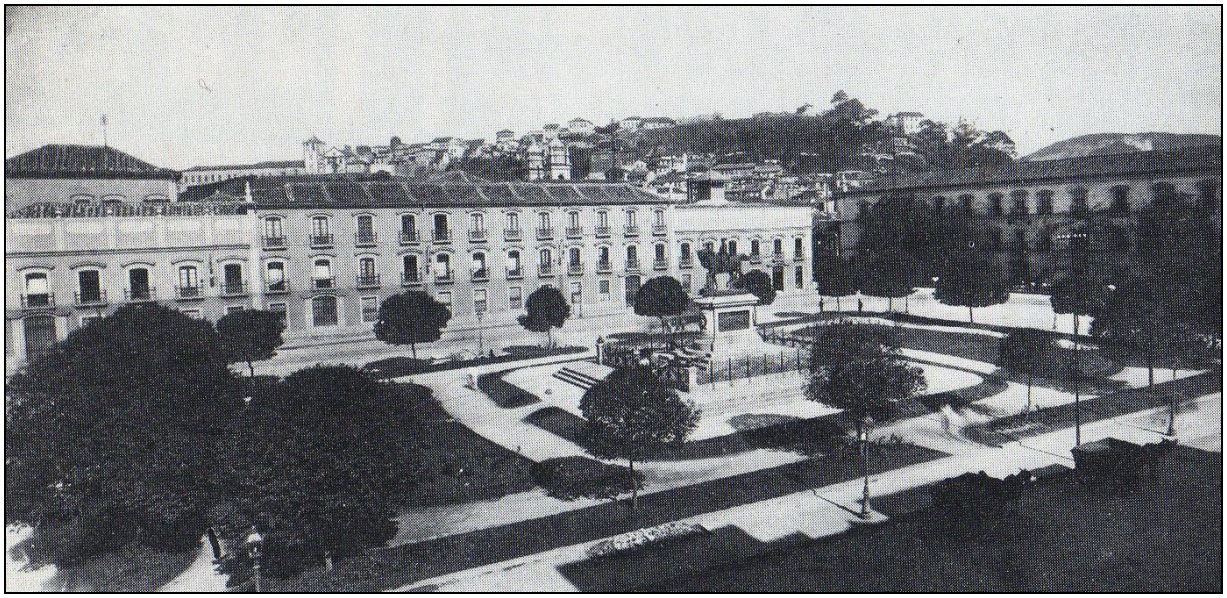


Figura 07: Praça XV de Novembro, antigo Largo do Carmo, foto por Marc Ferrez, no início do século XX. (Fonte: FERREZ, 1984).

Figura 08: Foto do Paço, tirada em 2000, já restaurado e funcionando como Centro Cultural. (Fonte: www.pacoimperial.com.br).